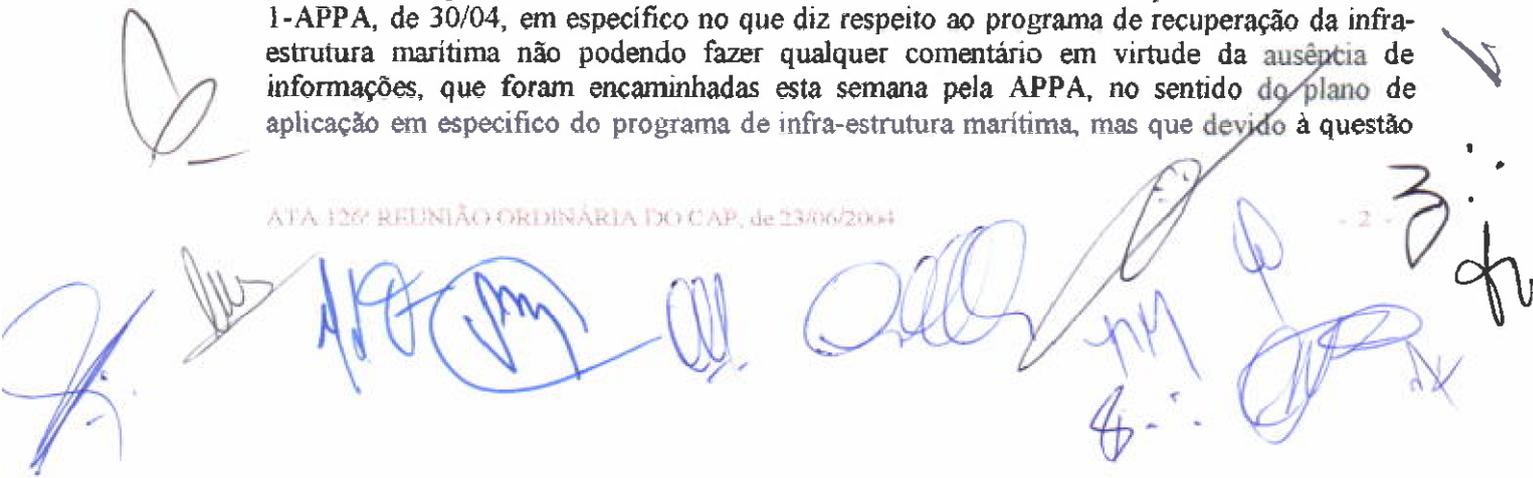


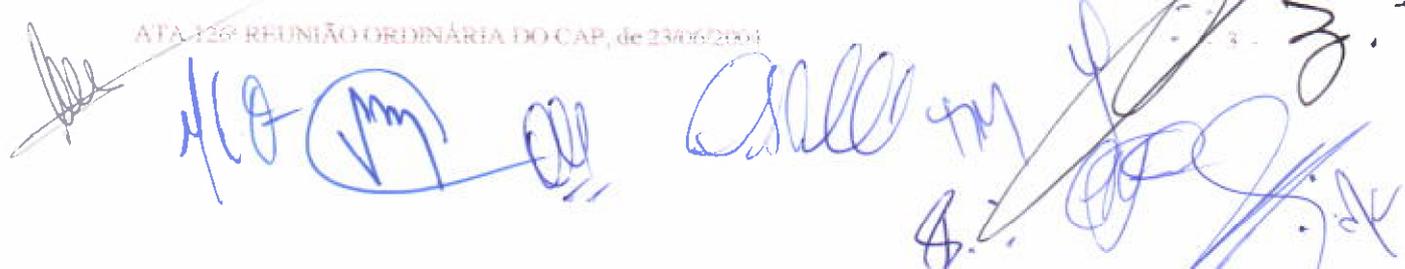
ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de julho de 2004, na sala de reunião do CAP, às 9h sob a presidência do Sr. **Hélio José da Silva** reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, na sede da APPA, situada na Rua Antônio Pereira nº161, com a presença dos **Conselheiros**: Mário Marcondes Lobo Filho, Juarez Moraes e Silva, Carlos Alberto Silveira Calvo, José Sílvio Gori, Mauro Fontoura Marder, Carlos Gilberto Guardhain Mattoso, Arivaldo Barbosa José, Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro de Oliveira, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Airton Galinari, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Henrique Roos, Luiz Antônio de Mattos e **Convidados** CMG Osmar Pedro da Cunha, Dr. Jorge Quirilos Assis, José Albino Gonçalves Neto, Luiz Henrique Tessutti Dividino, Nilson Hanke Camargo, Fernando José de Pádua C. Fonseca, Leopoldino de Abreu Neto, Florival Curcio Júnior, Pedro Luiz F. Dias, José Álvaro da Silva Carneiro e Maria Manuela de Oliveira. **Justificativa da ausência**: dos Conselheiros Mário Manoel das Dores Roque, Ogarito Borgias Linhares e Zulfiro Antônio Bósio. **Abertura da Reunião**: O Sr. **Presidente** iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. **Posse**: a sequência, ressaltou que tem a satisfação de ter neste Conselho, o Eng. Fernando Fonseca, o qual iria assumir a suplência desta presidência. Informou que ele é funcionário da ANTAQ e que atualmente exerce o cargo de Presidente do CAP do Porto de Salvador, e que hoje se faz presente para tomar posse e conhecer a todos. Disse que ele está no setor portuário por longos anos e por esta razão este CAP se beneficiará muito com sua presença como Conselheiro ou quando o substituir. O Eng. **Fernando** tomou posse e agradeceu as palavras do Presidente, dizendo que milita na área especificamente na Superintendência de Portos, que é remanescente da extinta Portobrás, tendo uma relativa experiência na matéria. Colocou-se à disposição para colaborar com qualquer assunto na medida do possível. O Conselheiro **Ozeil Moura dos Santos** pede a palavra e cumprimenta o Eng.º Fernando Fonseca por assumir a Suplência deste CAP, principalmente porque exerce o cargo de Presidente do CAP do Porto de Salvador e com sua experiência como remanescente da extinta Portobrás, temos certeza, virá contribuir enormemente com os trabalhos deste CAP, nossos parabéns pela sua posse é o que lhe desejamos. Todos os integrantes do CAP deram as boas vindas. **Aprovação da ATA**: a Ata da 123ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. A respeito da **Comissão de Acompanhamento de Fundos de Investimentos e Manutenção da Infra-estrutura Portuária e Marítima - FUNSILO, FUNPORT e FUNMAR**, o Cons. **Silvio Gori** relatou que a Comissão se reuniu nos dias 08 e 21 deste mês, às 14h, para análise e reflexão sobre o Voto-vistas dos Conselheiros Fayet e Mario, bem como reexaminar o parecer da Comissão constante na Ata da Comissão nº 03, de 12/05/04. Disse que na reunião do dia 21 a Comissão recebeu uma proposta do Cons. Mário, visando a modificar a Resolução nº 09/00-CAP/PR, que criou estes 3 fundos, tendo a proposta sido baseada nos fundamentos legal; tais como: art.167, inciso IX da Constituição Federal; art. 71 a 74 da Lei 4.320/64; e art. 30 da Lei 8.630/93. Após discussão no âmbito da Comissão, entendeu a maioria dos membros que a proposta não contempla o objetivo do CAP, que homologou o aumento de tarifa portuária, desde que parte deste aumento fosse aplicada em investimentos de obras e melhorias na infraestrutura portuária e marítima. Com relação ao parecer conclusivo, a Comissão não elaborou, pois não houve consenso. Informou que a Comissão decidiu recomendar ao Colegiado a manutenção das resoluções do CAP sobre a matéria e a atual posição das tarifas. Sugeriu ao Presidente colocar em debate no Plenário os questionamentos e posicionamentos expostos nesta reunião e nas reuniões anteriores sobre a questão dos "fundos", considerando que os

Cons. Mário e Fayet possuem divergência de caráter jurídico. Após várias controvérsias e reflexões efetuadas pelos integrantes do CAP, inclusive com o Cons. Mário Lobo retirando a proposta de alteração das decisões anteriores do CAP sobre a questão, foi possível obter o consenso no sentido do CAP não modificar seu posicionamento sobre a questão relativa aos Fundos de Investimentos, reforçando, inclusive, a necessidade de se efetivar o acompanhamento da aplicação dos recursos capitalizados para esta finalidade. O Sr. **Presidente** solicitou aos dois representantes da APPA que se encontram presentes que forneçam ao CAP os elementos necessários para o acompanhamento da aplicação destes recursos e, uma vez recebido no tempo mínimo, a Comissão trabalhe e elabore o parecer da aplicação destes recursos. **Comissão Tarifária e Orçamentária:** O Cons. **José Roberto** relatou que a Comissão decidiu manter o parecer apresentado ao CAP em reuniões anteriores e solicitou que a APPA encaminhe com a devida antecedência a Proposta Orçamentária para 2005 com as Previsões de Investimentos e apresentando ao Conselho as aplicações que estão começando a acontecer. Portanto, o **Conselho**, com base no relatório da Comissão decide opinar favoravelmente ao Orçamento para 2004, proposto pela APPA, tendo em vista as previsões de investimentos e a compatibilidade de seus números em relação ao orçamento do exercício anterior; destacar a importância da destinação de investimentos para o Porto de Antonina, prioritariamente na infra-estrutura do Terminal Público Barão de Teffé. **Comissão de Acompanhamento do PDZPO:** Sobre as propostas de implantação dos Terminais de Fertilizantes e Terminais de Carga Geral e Líquidos, a Cons. **Maria do Socorro** relatou que a Comissão não concluiu, pois, está tentando postular uma situação de equilíbrio das partes, para o relatório conclusivo. O Cons. **Calvo** disse que participou da primeira reunião da Comissão com dois assuntos, um da área de fertilizante e outro da área de carga geral. Opinou sobre a carga geral dizendo que é um assunto relevante e que pode colaborar com a decisão sobre o terminal de carga geral; que se dispõe a coletar informações de pessoas ligadas diretamente e trazê-las, ajudando a Comissão na decisão. Falou que o tema é muito importante na área social e comercial da cidade; e o porto está perdendo esta carga. Os Conselheiros por acharem que o assunto ainda não se encontra devidamente instruído para deliberar sobre a matéria, recomendaram que o assunto continuará no âmbito da respectiva Comissão. **Comissão de Acompanhamento de Dragagem, Manutenção e Modernização da Infra-Estrutura Marítima.** O Cons. **Juarez** relatou que a Comissão se reuniu no dia 30 de junho e abordou três itens encaminhados pela APPA para Comissão: a proposta do orçamento dos Portos de Paranaguá e Antonina com os programas de obras e aquisições e melhoramento da infra-estrutura marítima; ação civil com petição de decisão judicial relativo ao contrato firmado entre a APPA e Bandeirante de Dragagem Ltda; e o plano anual de dragagem - 2005 dos Portos organizados que já foi apreciado na reunião extraordinária, sendo aprovado inclusive. Com relação aos outros assuntos que ficaram para esta reunião ordinária o de ação civil com petição de decisão judicial, a Comissão tomou conhecimento da ação civil homologada judicialmente que restabeleceu o contrato firmado entre a APPA e a Bandeirantes nos termos do ofício nº 188 de 22/06. Com relação ao detalhamento do trabalho, a Diretoria Técnica da APPA pode fazer um relatório do andamento dos serviços, informando se o equipamento está dragando na Baía de Paranaguá. Quanto à proposta de orçamento dos portos com os programas de obras, a Comissão tomou conhecimento do protocolo 5.780.909-1-APPA, de 30/04, em específico no que diz respeito ao programa de recuperação da infra-estrutura marítima não podendo fazer qualquer comentário em virtude da ausência de informações, que foram encaminhadas esta semana pela APPA, no sentido do plano de aplicação em específico do programa de infra-estrutura marítima, mas que devido à questão



dos fundos, acabou prevalecendo no âmbito das discussões. Disse que foi impossível a Comissão analisar a matéria por questão de tempo. Após posicionamento de vários Conselheiros e Convidados sobre a Ação civil com petição judicial. Com a palavra o Cons. **Fayet** propõe que se envie a ANTAQ e o Tribunal de Contas do Estado para que faça sua avaliação da suas respectivas características de fiscalização, para informar e subsidiar o CAP a respeito desse contrato com **Bandeirantes**, isto é, o que está acontecendo, o que aconteceu, e quem lá no passado cometeu o erro, porque se a **Bandeirantes** cometeu alguma coisa a mais o CAP tem que averiguar, porque é a função pública e diz que não é sua vontade. O Sr. **Presidente** acatando as manifestações da Comissão e do Cons. Mario solicitou ao Plenário que seja votado a Ata apresentada pela Comissão e a proposta do Cons. **Fayet**. O **Conselho** aprova o parecer da Comissão sem ressalvas e decidiu aprovar a proposta do Cons. **Fayet**, com o registro do voto contrário do Bloco do Poder Público. **Comissão de Acompanhamento do Treinamento Portuário**. O Cons. **Arivado** relatou que foi feita uma reunião no porto centrada especificamente no treinamento, com a presença dos Srs. Mauro Borges e Silvana Leal, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Chefe da Seção de Treinamento, respectivamente, que querem implantar no porto o treinamento, mas que iniciaram apenas uma conversação sobre assunto, ficando pendente uma solução ideal Quanto à questão da qualificação com o **OGMO**, houve uma evolução por parte do Órgão Gestor de Mão de Obra que passou de 37 para 80 cursos para qualificação, e até o mês de maio de 2004 teve-se uma aprovação de 144 TPA's qualificados. Quanto ao Centro de Treinamento, não tem informações, mas que na próxima reunião trará informações a respeito. **Comissão Especial designada para formatar Agenda Propositiva**: O Cons. **Ozeil** disse que será entregue na próxima reunião o parecer, e solicitou à presidência a alteração da data e horário das reuniões do CAP, sugerindo que as reuniões ordinárias fossem realizadas no período da tarde das quintas-feiras. Após longos debates sobre a matéria e com o objetivo de possibilitar a imediata execução dos atos decorrentes das decisões do Colegiado, favorecer o trabalho de secretaria do CAP e as agendas dos Conselheiros, o CAP decidiu por consenso revogar parcialmente a decisão tomada quanto ao calendário das reuniões ordinárias para o período de agosto a dezembro de 2004, fixando as seguintes datas: 26 de agosto, 23 de setembro, 21 de outubro, 18 de novembro e 16 de dezembro. O Conselho decidiu também manter que as reuniões Ordinárias se realizem no período da manhã, e que será distribuído o calendário com os ajustes. **Constituição de Consórcio para Destinação Final de Resíduos Sólidos do Complexo Portuário**. Com a palavra, o Sr. **Pedro Dias** expõe que a pedido do Governador veio cedido do IAP à APPA para ajudar nas questões de licenciamento ambiental, com a meta de cumprir 3 tarefas até o final do ano: fazer com que a APPA seja o primeiro Porto Público com licenciamento ambiental junto ao IBAMA, com solução adequada na questão da destinação final dos resíduos sólidos, assim como a realização do evento "I Seminário Internacional de Portos e Meio Ambiente". Disse que surgiu esta semana um fato novo e que os Srs. Juarez e Leopoldino acompanharam e pediu o reforço deles neste sentido e que entre outras tarefas se está tentando obter o licenciamento ambiental das obras e cita o projeto exposto para ampliação e recuperação e reforma da estrutura Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, e que eles estão terminando o EIA-RIMA - Estudos de Impactos Ambientais das atividades de dragagem porque a licença termina em 2005 e já está se discutindo a questão, estudando-se a possibilidade de licenciamento para 10anos no IBAMA. Este é o objetivo, ampliação do cais com a obra do Cais Oeste e na possibilidade de ampliação também de algumas áreas, entre elas o terminal da Ponta do Félix, Terminal Líquidos de Antonina e outros terminais, todos inclusos no EIA-RIMA. A seguir, fez a leitura



da ata da última reunião em que o IBAMA faz suas exigências. Os órgãos Ambiental Federal e Estadual consideraram a reunião um marco. A APPA representada pelas diretorias, será o primeiro porto público do Brasil depois de 50 anos de conseguir um divisor entre o antes do licenciamento e o pós-licenciamento, e eles querem aproveitar este movimento que está sendo feito para deixar o porto regularizado. Não para 1 ano, mas para 10 ou 30 anos, e se for centrado e resolvido este problema agora, muitos dos problemas futuros que podem vir a ter com o IAP e com o IBAMA podem acabar. O Sr. Cons. **Juarez** disse que acredita pela primeira vez na história dos Portos de Paranaguá e Antonina tem tudo para ser resolvido o problema ambiental, que em paralelo está resolvendo a questão da Ponta do Félix e do Porto de Antonina que não tinham licenciamento ambiental para a dragagem, nem um local para despejo, e que ele acabou participando em paralelo com o IBAMA e o IAP, acabando por se integrar no processo, até de forma contributiva e que terminou acontecendo que o termo de referência que a APPA licitou para a elaboração do EIA-RIMA, cujo trabalho está em fase final para ser concluído, não estavam dentro dos referenciais do IBAMA. Nesta reunião em que participou o IBAMA tomou uma posição radical e positiva para o sistema com relação ao EIA-RIMA por ter uma visão sistêmica do problema ambiental, com relação ao licenciamento ambiental, em que se liberará após manifestações de 100% dos operadores no sentido do diagnóstico das suas situações e de suas pretensões de expansão. Estes órgãos ambientais não vão acatar o encaminhamento do EIA-RIMA sem a participação de toda a comunidade portuária. Solicitou esforços de todos na agilização nas informações solicitadas, uma vez que se tem um cronograma de prazos a serem cumpridos. Ressaltou que todos deverão estar contemplados no EIA-RIMA da Autoridade Portuária e estes não poderá ser um fato posterior. O Sr. **Pedro** sugeriu que o CAP possa acompanhar esta situação para que na próxima reunião se possa abrir uma pauta de licenciamento ambiental portuário. O Sr. **José Álvaro** mencionou que participou de uma reunião deste Conselho e que naquela época fez um resumo das questões existentes na área ambiental e que gostaria de passar pela questão do enunciado do problema que é na geração de resíduos sólidos; na responsabilidade da APPA, e das empresas e que cada um reunido aqui, que tenha uma boa percepção do que possa ser esta questão problemática, haja vista a situação atual do município de Paranaguá que é muito ruim sendo a pior cidade do Estado do Paraná neste momento. O Sr. **Pedro Dias** concluiu que todos são responsáveis pelos resíduos que geram e todos são co-responsáveis e solicitou para que se faça um esforço em conjunto para resolver as devidas situações. O Presidente Sr. **Hélio** agradece aos dois expositores e ao mesmo tempo agradece a Administração do Porto por ter encaminhado o assunto ao CAP para que possa ser compartilhado pelo Colegiado e solicitou o encaminhamento da documentação sobre o assunto, de modo a permitir que o CAP tenha os elementos necessários para análise e posicionamento sobre a questão, obtendo a concordância dos expositores, os quais afirmaram que tão logo esteja disponível encaminharão ao Colegiado como solicitado. **Relatório Gerencial Operacional, Administrativo e Financeiro da APPA.** Os relatórios foram distribuídos na reunião aos presentes. **Ajuste na Composição das Comissões Permanentes e Especiais:** O Sr. Presidente informou sobre a proposta feita pelo Cons. Juarez que se faz necessário à recomposição de representante do Bloco do Poder Público nas Comissões; e passou em mãos do Cons. Mauro a minuta do regulamento das Comissões Internas do CAP, que seja ampliado e discutido no âmbito da Comissão. O Cons. **Mário** disse sobre a nomeação da Eng. Manuela no Bloco dos Operadores, que será feito um novo remanejamento até por que tem algumas Comissões que têm um foco mais direcionado com a área de sua atuação. O Sr. Presidente informou sobre a nota informativa que o Sr. João Aparício que é o representante do Ministério dos Transportes e Coordenador do Grupo de



Trabalho Interministerial a respeito das questões de fundos de investimentos; que a secretária executiva fez a leitura e repassará a todos. **ASSUNTOS GERAIS:** O Cons. **José Roberto** solicitou da Eng. Manuela informações formais sobre os 180 metros de remodelagem do cais entre os berços 201 e 202 e se poderia ser iniciada na extremidade do berço 201, bem como, em relação à paralisação dos berços, se há algum estudo neste sentido, para que os usuários programem suas operações. Pediu para ser entregue formalmente ao CAP tais informações. Respondendo a solicitação do Conselheiro a **Diretora Técnica Eng. Manuela** disse que será providenciado. Com a palavra o Cons. **Calvo** propõe que seja convidado o Presidente do Sindicato das Agências Marítimas - SINDAPAR para expor as reivindicações daquela entidade, com resposta por parte da Administração do Porto. Não havendo manifestações contrárias. Nada mais havendo a tratar o Sr. **Presidente** encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, e confirmando a Reunião Ordinária para o dia 26 de agosto de 2004, às 9h, tendo eu **Rosa Shimoisa Ebina**, Secretária Executiva, lavrado a presente Ata que segue assinada pelo Presidente, demais Conselheiro e Convidados.

CONSELHEIROS/CONVIDADOS

Hélio José da Silva
Fernando de Pádua Fonseca
Mário Marcondes Lobo Filho
Juarez Moraes e Silva
Carlos Alberto S. Calvo
José Silvio Gori
Mauro Fontoura Marder
Carlos Roberto Frísoli
Jorge Tacla Filho
Ozeil Moura dos Santos
Luiz Antônio Fayet
Airton Galinari
Sidney Pinto
Luiz Antonio de Mattos
Maria do Socorro de Oliveira
Wilson Moraes da Silva
Carlos Gilberto Guardhain Mattoso
Arivaldo Barbosa José
CONVIDADOS:
CMG Osmar Pedro da Cunha
Marco Antonio Franco
Maria Manuela de Oliveira (x)
Pedro Luiz F. Dias
João Ivano Marson

ASSINATURA

(Handwritten signatures in blue ink on lined paper)

João Roberto A. Coaraci



Presidente : HÉLIO JOSÉ DA SILVA
 Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina
 Endereço : R. Antônio Pereira, 181 - CEP 83.221-030 - Paranaguá-PR
 Fone/fax: (041) 429-1389 - Fone: (041) 429-1142
 E-mail: capgpus@pr.gov.br

**Conselho de Autoridade Portuária dos Portos
 de Paranaguá e Antonina**

- Florival Curcio Júnior
- Nilson Hanke Camargo
- Luiz Henrique Tessutti Dividiado
- José Álvaro da Silva Cameiro

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

(*) Em relação ao assunto solicitado pelo Cons. José Roberto fica ~~vazio~~ o compromisso uma vez que a ^{deliberação} licitação em causa foi revogada.